

Os primeiros sinais

Contra as expectativas dos economistas, a inflação, em fevereiro, emitiu os primeiros sinais de queda. Afirmar que se ingressa em novo ciclo de declínio dos preços seria certamente muito audacioso, mas os pesquisadores admitem, também para março, uma repetição do fato, que o próprio mercado financeiro procura refletir. Cumpre tentar explicar essa nova tendência e examinar as suas consequências num país em que as expectativas assumem grande importância.

Os dois índices comparáveis acusaram uma queda em fevereiro: o da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) de São Paulo registrou uma redução de 4,32 pontos de porcentagem em relação ao mês anterior, contra 1,82 ponto indicado pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Uma primeira verificação merece relevo: são os produtos cujos setores enfrentam crise mais aguda, essencialmente o do vestuário, que apontaram a maior queda.

Inclinamo-nos a pensar que, pela primeira vez — há muito tempo —, a recessão afeta positivamente os preços. Mas talvez o mais importante é que se assiste a uma redução, sem recurso a choques e num período de quase liberdade, simbolizada pela livre-fixação do preço do pão. Trata-se de situação excepcional na vida brasileira, a mostrar a veracidade dos índices,

desta vez não mascarados por um congelamento artificial.

Se a redução, segundo o índice da Fipe, foi particularmente forte no caso das despesas de saúde e educação (16,71 e 19,12 pontos de porcentagem respectivamente), como resultado do que se poderia chamar de fatores sazonais, não foram esse itens, de peso reduzido, que afetaram o comportamento dos preços. Mais significativas foram as reduções verificadas nos itens alimentação (5,26 pontos), das despesas pessoais (7,64) e do transporte (3,95). Quanto à alimentação, começa-se a sentir os efeitos de uma boa safra, antes mesmo da colheita. É um fator relevante, por permitir a acentuação, nos próximos meses, da tendência atual. Quanto às despesas pessoais, nota-se um sinal importante: a área de serviços, que mais resiste à recessão, não conseguiu manter os aumentos passados; há uma conscientização de que não se pode elevar os preços sem perigo. No caso do transporte a avaliação é mais difícil: o índice se limitou a apenas uma semana de reajuste dos transportes públicos, devendo a alta se acentuar no próximo período. Porém — é isso é válido para todas as tarifas públicas — a decisão do governo federal de reduzir o ritmo dos reajustes e de fixá-los em função da inflação prevista poderá consti-



tuir um fator não desprezível de controle dos preços, atuando num sentido decrescente.

À luz desses dados e tomando-se por base o índice da Fipe, é interessante notar que nos dois primeiros meses do ano a inflação efetiva foi ligeiramente inferior às estimativas incluídas pelo governo na Carta de Intenção enviada ao Fundo Monetário Internacional (26% em janeiro, 23% em fevereiro e 20%

em março). Mesmo assim, se a taxa de março chegasse a 21%, como alguns estão prevendo, o Brasil (fato inédito em nossa História) teria atingido a meta trimestral.

Se procurarmos explicar a redução da taxa de inflação neste período, poderemos dizer que ela reflete, essencialmente, a queda do poder aquisitivo, que obriga as empresas a reduzir seus preços mesmo ao custo de uma diminuição das suas margens de lucros. Sente-se o efeito, também, da melhoria de produtividade, cabendo lembrar que se a indústria, no ano passado, reduziu sua produção física em 0,55%, teve uma queda do nível de emprego de 10%. Pode-se pensar igualmente que a evolução atual é consequência de uma política monetária apertada com controle da liquidez, de efeitos sempre demorados, política que traduz também uma melhoria no saneamento das contas públicas.

Não cabe, porém, pensar que, para se chegar a uma redução da taxa de inflação (que com 21,57% é ainda escandalosamente alta, já que em termos anuais equivale a 942%), se consiga manter uma política recessionista nos moldes atuais. Mas o que nos parece essencial é examinar os efeitos da redução atual sobre a taxa de inflação futura. Sabe-se que mais importante que a inflação passada são as expectativas quanto à futura. Se, conforme esperamos, houver em março nova redução (ainda que inferior à de fevereiro), pode-se ter a certeza de que se criará um novo clima nas relações econômicas para a fixação dos preços. Os reajustes, para proteção contra a inflação, serão menores; a fixação das tarifas seguirá a mesma tendência sem, porém, afetar a rentabilidade das empresas que prestam os serviços. Mas talvez o mais importante é que essa evolução permite às autoridades monetárias iniciar um processo de redução das taxas de juro, sem sacrificar sua política de contenção da liquidez, taxas que hoje, anunciando a inflação futura, representam o maior fator do descompasso. Ademais há a perspectiva de boa safra agrícola, a respaldar a sustentação da queda dos preços.

Seria excessivo interpretar como tendência definitiva a redução de fevereiro, mas temos a certeza de que, seguida à risca a atual política, haverá grandes chances de manutenção de tal tendência.